

NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 200

Criação de Varas e ascensão de novos desembargadores em 2012

Aperfeiçoamento na formação de magistrados e servidores foi destaque ao longo do ano



Inara Passos

Magistrados discutiram e aprovaram proposições referentes à categoria durante a II Semana Institucional

TRT do Paraná recebe PJe-JT

Até o final de 2012, dez municípios do Estado receberam o novo Processo Judicial Eletrônico.

► PÁGINA 7

Conciliação no TRT-PR

Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC) celebra acordo em quase metade dos processos novos.

► PÁGINA 8

Acordos por Videoconferência

Novo modelo diminui custos e facilita o comparecimento das partes nas audiências de conciliação.

► PÁGINA 9

Varas de Curitiba e Londrina comemoram cinquentenário

Duas cerimônias marcaram a comemoração dos 50 anos da Justiça do Trabalho de Londrina e de Curitiba no fim do ano. Em Curitiba, a 2ª Vara do Trabalho festejou o cinquentenário no dia 18 de dezembro e em Londrina, a cerimônia ocorreu em 30 de novembro.

Na ocasião, foram homenageados em Londrina magistrados, servidores e advogados que fizeram parte dessa história na região. Também foi inaugurado o auditório “Valentin Roberto Bernardi” – em homenagem ao servidor falecido em 2006. Também foi instalado em Londrina o Núcleo Regional da Escola Judicial do TRT-PR.

Para o diretor do Fórum Trabalhista de Londrina, juiz Reginaldo Melhado, a história demonstra que a Justiça do Trabalho de Londrina está contribuindo com seu papel. Fato também elogiado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Fernando Eizo Ono. Ele foi um dos homenageados e enfatizou a importância da Justiça do Trabalho em Londrina, “responsável pela prestação de um serviço público de altíssima qualidade”.

Para o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, que também foi homenageado pelo seu trabalho em Londrina, é valioso poder comemorar os 50 anos em uma estrutura adequada como se encontra o novo Fórum Trabalhista de Londrina. “É um orgulho participar dessa homenagem, pela representatividade que Londrina tem. Temos uma legião de pessoas que fazem parte dessa importante história”, salientou.

Também receberam homenagens os magistrados Francisco Roberto Ermel e Eliane de Sá Marsiglia; os servidores Mara Maria Viana e Luciene Moreira Petri Martins; os advogados Jorge Hamilton Aidar e Wilson Sokolowski, e o filho do falecido servidor Valentin Roberto Bernardi, Yuri Sandon Bernardi.

► **CURITIBA** - Criada pela Lei 3.873, de 30 de janeiro de 1961 e instalada em 19 de dezembro de 1962, a 2ª Vara do Trabalho de Curitiba comemorou, em 18 de dezembro, seus 50 anos de atividade. A solenidade que marcou a data foi realizada no Fórum Trabalhista de Curitiba, com a presença de representantes do Ministério Público do Trabalho, da OAB, da Associação dos Magistrados Trabalhistas do Paraná e também de magistrados, advogados, servidores e juízes aposentados do TRT do Paraná.

A desembargadora Ana Carolina Zaina, que representou a presidente do TRT-PR, Rosemarie Diedrichs Pimpão, encerrou a solenidade fazendo um retrospecto dos acontecimentos da época, saudando os membros da família de Júlio Assumpção Malhadas, o primeiro presidente dessa unidade judiciária, juízes e servidores.

No mesmo ambiente em que foi realizada a solenidade de comemoração dos seus 50 anos, foi instalada amostra de material da época da criação da vara, com cópia da ata de instalação e outros documentos e fotos.



Bruno Calzavara
Comemoração dos 50 anos em Curitiba



Flaviane Galafassi
Cerimônia realizada em Londrina

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angélica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Fernando Alves

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Fernando Alves, Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Bruno Calzavara, Leticia Gabriele e Marcos Dias

Fotografia:

Flaviane Galafassi, Inara Passos e Luiz Munhoz

Revisão:

Fernando Alves, Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares
Disponível no site do TRT
www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescrym

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.

Ascensão e desenvolvimento na magistratura do trabalho do Paraná

O ano de 2012 foi marcado pela movimentação da carreira de magistrados e pelo incremento na formação de magistrados e servidores.

A instalação de seis novas varas do trabalho e a criação de três novos cargos de desembargador no TRT-PR, durante essa administração, abriu oportunidade para a ascensão de dois novos desembargadores (uma vaga foi destinada ao quinto constitucional), os magistrados Paulo Ricardo Pozzolo e Adayde Santos Cecone. Além disso, existe procedimento de acesso por merecimento para a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Márcio Dionísio Gapski. Também foi empossado, em 2012, o desembargador Francisco Roberto Ermel, após processo iniciado em 2011 em decorrência da aposentadoria do magistrado Rubens Tiemann.

Também foram abertos vários processos de promoção de magistrados em decorrência da instalação de novas varas do Trabalho e em decorrência de aposentadoria de magistrados. Três juízes foram promovidos a titulares neste ano: Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira (antiguidade), Patrícia Benetti Cravo (antiguidade) e Érica Yumi Okimura (merecimento).

Outros nove processos de promoção estão abertos para o cargo de Juiz Titular.

► **FORMAÇÃO:** A formação de juízes e desembargadores também faz parte das ações desenvolvidas pela atual administração do TRT do Paraná. Emancipação social, conflito e conciliação, o futuro da proteção jurídica do trabalho, assédio moral, tráfico de pessoas, pedofilia, trabalho escravo são exemplos de temas atuais que foram objeto de seminários e palestras promovidas no ano de 2012 no TRT do Paraná permitindo a reflexão conjunta sobre a atuação da Justiça e dos magistrados na sua atividade e no relacionamento com a sociedade.

“Estão sendo debatidas situações recentes no mundo do trabalho que resultam em muitas conclusões graves. O jurista que pensa o direito do trabalho deve extrair, por meio de debate e reflexões, soluções e caminhos”, observou a desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu, diretora da Escola Judicial do TRT do Paraná, durante o seminário “O futuro da proteção jurídica do trabalho”.

► **CAPACITAÇÃO:** Dentro do projeto pedagógico da Escola Judicial, está inserido o projeto plurianual de capacitação de assessores e assistentes de desembargadores e juízes de todo o Paraná, que oferece oito turmas de Especialização, até o final de 2016.

As turmas são compostas por 50 servidores e as aulas são ministradas nas salas de capacitação da Escola Judicial em Curitiba. A UniBrasil é a instituição de ensino superior responsável pelo curso. O término das aulas presenciais da 1ª Turma de Especialização em Direito ocorreu no dia 7 de dezembro, na Escola Judicial, com cerimônia de encerramento. O próximo passo é a elaboração de monografias.

A programação da Especialização em Direito: Capacitação Avançada para o Assessoramento na Jurisdição Trabalhista foi construída a partir das necessidades apontadas por pesquisas junto aos magistrados e servidores, além da análise dos resultados das atividades de capacitação oferecidas pela Escola Judicial, desde sua criação. As pesquisas demonstraram ser exigida preparação teórica diferenciada do servidor que atua em apoio direto à realização da atividade-fim do Tribunal, capacitação que é o objetivo principal da iniciativa.

► **SEMANA INSTITUCIONAL:** A II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho no TRT do Paraná deu continuidade, em 2012, ao debate de temas de interesse da sociedade e do Poder Judiciário, com o objetivo de buscar o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional e da gestão administrativa do Tribunal.

Foram cinco dias de trabalho, de 24 a 28 de setembro, quando 147 juízes e 21 desembargadores refletiram em torno dos temas: Direito Processual do Trabalho e Gestão Processual, Direito do Trabalho e Política Judiciária e PJe-JT – Gestão Institucional. O resultado da semana foi a aprovação de 30 proposições que serão tratadas ao longo deste e do próximo ano.

Conforme explicou a desembargadora Rosemarie Die-drichs Pimpão, presidente do Tribunal, a primeira edição da Semana Institucional, realizada em setembro de 2011, havia resultado em 44 pontos de reflexão, que culminaram em documento escrito. A maioria deles, que estava dentro da factibilidade – levando em consideração os fatores de ordem jurídica e prática (Constituição e leis), estruturação interna do Poder Judiciário, com planificação ditada pelos Conselhos Nacional de Justiça e Superior da Justiça do Trabalho, e a vinculação orçamentária – teve resultados positivos. “Todas as proposições pensadas e efetuadas na primeira edição, cuja implementação pela Presidência não encontra óbice na Resolução 63/2010, em restrição orçamentária ou na arquitetura do PJe-JT, estão sendo atendidas ou em processo adiantado de atendimento”, ressaltou a presidente.

Na oportunidade, a coordenadora-geral da II Semana Institucional, desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu, diretora da Escola Judicial, avaliou o encontro “como muito produtivo e de agrado dos juízes. Ouvi elogios em relação aos temas dos debates, às condições dos trabalhos”.

A magistrada também destacou as discussões acerca do PJe-JT. “As deliberações sobre esse tema, além de serem de interesse de todos os juízes, serão enviadas ao Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho a fim de contribuir para a melhoria do sistema”, completou.

Presidente visita varas do trabalho em todo o Estado

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, deu início, em 2012, a uma série de visitas às unidades judiciárias do TRT, em todo o Estado. As visitas fazem parte da proposta de interiorização da Justiça do Trabalho, com intuito de aproximar a Administração do Tribunal às unidades jurisdicionais trabalhistas.

As visitas ao interior do Estado começaram em 9 de janeiro, primeiro dia de trabalho após o recesso no Judiciário, em que a presidente visitou o novo Fórum Trabalhista de Londrina. Na ocasião, a desembargadora elogiou os juízes e servidores por terem conseguido manter o trabalho produtivo e de qualidade, mesmo com as deficiências do prédio antigo, que abrigou a Justiça do Trabalho, na cidade, por dezenove anos. Na mesma semana, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão visitou as Varas do Trabalho de Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana. "A importância das cidades do interior, especialmente o Norte do Paraná, que se mantêm em crescente evolução social e econômica, exige uma especial atenção da Justiça do Trabalho, razão pela qual a Administração do TRT iniciou suas atividades em 2012 ouvindo as pessoas dessa região, para conhecer de perto suas necessidades e anseios. Essa prática de levar a administração do Tribunal para o interior será constante nesta gestão e queremos com isso oferecer um judiciário mais acessível a todos", enfatizou a desembargadora.



Presidente em visita a Castro

Também em janeiro, a presidente visitou as 23 Varas do Trabalho de Curitiba, onde ouviu os juízes e servidores sobre as condições de funcionamento do Fórum Trabalhista da capital. Segundo a presidente, "precisamos conhecer de perto a estrutura e situação de cada local e ouvir de uma maneira igualitária a todos. Essas reivindicações serão analisadas e atendidas de acordo com o plano de ação da administração".

Na última semana de janeiro, a presidente esteve nas varas de Maringá, Nova Esperança, Paranavaí e Porecatu, onde



Visita a Cornélio Procópio

encontrou varas do trabalho estruturadas e com bons desempenhos. "O que encontramos, à exceção de Porecatu cujas demandas ensejam sede própria, foram apenas problemas pontuais de desgaste de uso dos espaços, com soluções já encaminhadas. As varas estão bem atendidas, em pleno funcionamento, o que demonstra que a Justiça do Trabalho de nosso Estado, com seus juízes e servidores valorosos e comprometidos, está muito bem servida", enfatizou a presidente.

Em fevereiro, a presidente do TRT visitou as varas do Trabalho de Pinhais e São José dos Pinhais, e as unidades da Justiça do Trabalho do bairro Cajuru, em Curitiba, onde estão instalados o arquivo de Curitiba, a Seção Memória e o Projeto Horizontes, responsável por analisar os processos que estão no arquivo provisório. Em Pinhais, a desembargadora verificou as instalações onde ocorrem as perícias médicas que, por serem realizadas na própria Vara do Trabalho, segundo o juiz Lourival Barão Marques Filho, propiciam a conclusão do laudo pericial no momento da audiência, resultando em maior celeridade na solução do processo. "Muitas vezes é possível proferir a sentença oralmente, o que agiliza ainda mais o trâmite do processo", ressaltou o juiz. A presidente elogiou a iniciativa e informou que a boa prática adotada em Pinhais deve servir de modelo para outras unidades. Em Curitiba, por exemplo, a Administração tem projeto para a implantação de salas de perícias no Fórum Trabalhista.

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão esteve, em abril, nos fóruns trabalhistas de Cascavel e de Foz do Iguaçu. Em cada unidade, a presidente e sua equipe ouviram as reivindicações de magistrados, servidores, advogados e representantes da sociedade. Em Cascavel, a presidente inaugurou a primeira unidade da Escola Judicial do TRT-PR no Interior do Estado. O local é voltado à capacitação de servidores e magistrados da região. Durante a estada no Fórum de Foz do Iguaçu, a presidente do TRT-PR conversou com juízes e servidores, atendeu a imprensa e

destacou a todos a importância do projeto de interiorização da administração do Tribunal. A passagem pelo Fórum de Foz do Iguaçu também teve um aspecto especial para a desembargadora Rosemarie. A primeira Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu foi implantada por ela, em outubro de 1986.

Em agosto, a presidente esteve em Ponta Grossa. Além de visitar a sede atual da Justiça do Trabalho e conferir a situação física e jurisdicional, também visitou o canteiro de obra do novo Fórum da cidade. A obra teve início em fevereiro deste ano e está dentro do cronograma de execução, com previsão de término em 2014.

Dando sequência ao programa de interiorização, a presidente do TRT-PR esteve, em outubro, em Irati e Guarapuava. Conheceu as dependências das unidades, ouviu servidores, advogados e tratou de assuntos relacionados à implantação do PJe-JT, que foi realizado no dia 5 de novembro. Em Guarapuava, visitou as dependências do Fórum, onde recebeu reivindicações de magistrados, servidores e advogados, sugestões e destacou a importância do processo de implantação do PJe-JT no Paraná.

Para finalizar o cronograma de visitas, a presidente visitou em novembro as varas de Castro e Telêmaco Borba. Em Cas-

tro, além de visitar as instalações a presidente tratou de questões pertinentes à instalação do PJe-JT. Durante a reunião, o juiz Paulo Nadai manifestou a satisfação de a vara de Castro receber o PJe-JT, por acreditar na "importância da uniformização do trabalho em âmbito nacional e ter todas as varas dos 24 tribunais brasileiros contribuindo para o mesmo objetivo".

Na visita à Vara do Trabalho de Telêmaco Borba, a presidente do TRT-PR foi recebida pelo magistrado e servidores que, de forma unânime, relataram as boas condições de trabalho no local.

No decorrer do ano de 2012, a presidente visitou, também, as varas do trabalho de Colombo, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Wenceslau Braz, Jaguariaíva, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Assis Chateaubriand. "A prática de levar a Administração do Tribunal para o Interior será constante nesta gestão, no intuito de oferecer um judiciário mais acessível a todos", enfatizou a desembargadora Rosemarie. E completou: "Só será possível atender de maneira igualitária a todos se conhecer a realidade de cada unidade".

Marcos Dias

TRT do Paraná aumenta estrutura

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná implantou em 2012 seis novas Varas do Trabalho, das onze que foram aprovadas pela Lei 12.617/2012. O primeiro município a receber nova vara foi Colombo, que ganhou sua 2ª Vara do Trabalho em 30 de outubro. Em seguida, foi instalada a 4ª Vara de Ponta Grossa (12/11), a 2ª de Apucarana (26/11), a 2ª de Cornélio Procópio (03/12), a 4ª de Cascavel (10/12) e a 4ª de São José dos Pinhais (17/12).

A instalação das novas varas ocorreu em sincronia com a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), um sistema nacional, concebido para unificar todas as instâncias da Justiça do Trabalho e que permite a execução de atos processuais pela internet.

Assim, todas as novas instalações passaram a funcionar unicamente com o PJe-JT.

Em 2011, somente as Varas do Trabalho de Ponta Grossa, Cornélio Procópio e Cascavel receberam, juntas, 13.892 novas ações trabalhistas. Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, a criação das novas varas "é uma vitória obtida por meio do trabalho entrosado, no Congresso Nacional, de deputados, senadores e líderes políticos do Estado, que entenderam a real necessidade de se ampliar a atuação da Justiça trabalhista no Paraná, a fim de beneficiar os trabalhadores paranaenses".

Leticia Gabriele



Inauguração da 4ª Vara do Trabalho de Cascavel



Inauguração da 4ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais

Edital da Escola Judicial possibilitará planos de pesquisas em 2013

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná implantará linhas de pesquisa, a partir de 2013, por meio do “Edital de Seleção de Projetos de Pesquisa”. O programa possibilita que magistrados e servidores reúnam-se em grupos e desenvolvam planos de pesquisas dentro de quatro propostas temáticas definidas pelo Conselho Administrativo da EJ: Processo eletrônico e PJE/JT; Gestão da produção probatória pericial; Direitos humanos e suas vertentes no mundo do trabalho, e Técnicas de jurimetria e avaliação humanizada da produtividade judicial.

O projeto está em consonância com a Resolução Administrativa 137/2012, do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (em harmonia com os artigos 32 e 33 do Estatuto da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, aprovados pela RA 1158/2006 do TST), que aprovou o Projeto Político Pedagógico da Escola Judicial, no quinquênio 2012/2017. A RA 137/2012 estabeleceu que a Escola Judicial do TRT-PR deverá ir além da formação inicial e continuada de magistrados e servidores, assumindo a função essencial de produzir e divulgar conhecimento, e de servir como sustentáculo técnico e científico dos projetos de ação do Tribunal.

“Um dos motivos para a inclusão da atividade de pesquisa entre as áreas de atuação da Escola Judicial foram explicitados, sob a justificativa de que, em face da crescente complexificação da prática jurisdicional, derivada da dinamicidade das mudanças no mundo do trabalho a partir da produção em ciência

e tecnologia, apenas a disponibilização do conhecimento já não responde à função estratégica da EJ no atendimento à missão do Tribunal”, afirma a diretora da Escola Judicial, desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu.

As propostas deverão ser apresentadas por escrito até às 19 horas do dia 22 de fevereiro de 2013, via internet dirigidas ao e-mail escolajudicial@trt9.jus.br, ou pessoalmente na secretaria da Escola Judicial. A seleção dos projetos será feita pelo Conselho Administrativo da EJ e divulgada em 15 de março.

A entrega do resultado parcial dos trabalhos deverá ser efetuada em 9 de setembro de 2013 e o prazo limite para a apresentação do relatório final de conclusão do projeto será 22 de novembro do mesmo ano, às 19 horas.

“Não há progresso consistente sem investigação científica”, afirma o coordenador da EJ do TRT-PR, juiz Paulo Henrique Kretzschmar de Conti. Para o magistrado, “as semanas institucionais mostraram que a inquietude, aliada ao conhecimento prático dos fenômenos da jurisdição, caracteriza nossa atuante magistratura do trabalho em sua busca constante pelo aprimoramento. Faltavam apenas a coordenação e o ambiente adequados para a frutificação dos resultados”.

Para ter acesso ao “Edital de Seleção de Projetos de Pesquisa” acesse o link “Escola Judicial” localizado na página inicial do site do TRT - www.trt9.jus.br.

 Gilberto Bonk

Pesquisa de Clima Organizacional no TRT

Seguindo uma das metas do Planejamento Estratégico da atual gestão, que visa à melhoria do clima organizacional, o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) realizou pela primeira vez a Pesquisa de Clima Organizacional, que possibilitou a magistrados e servidores opinar sobre seu ambiente de trabalho.

Com o intuito de construir um diagnóstico da organização por meio dos pontos fortes e das dificuldades apontadas por quem faz parte dela, a pesquisa auxiliará a Administração na definição de estratégias e ações.

Realizada no período de 24 de setembro a 26 de outubro, a pesquisa recebeu uma adesão bastante positiva dos integrantes do órgão. De acordo com Luciana Tavares, psicóloga da Seção de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional (Se-dep), “a adesão foi acima da média, se comparada a índices de participação em consultas semelhantes”, explica.

Entre os 192 magistrados do Tribunal, 123 responderam o questionário, o que corresponde a 64,06% do total dos convocados. A estatística entre os servidores do TRT-PR foi semelhante: 1.535 deles contribuíram com a pesquisa – índice de 61,72% de participação.

As informações fornecidas são sigilosas e os resultados darão indicativos para o direcionamento de investimentos e melhorias na gestão. “É uma porta para que os servidores e magistrados participem da administração, que eles ajudem a fazer um Tribunal do jeito que gostariam que fosse”, comenta.

Com a iniciativa, a presidência se compromete a utilizar as informações apontadas pelos próprios servidores e magistrados da casa como guias no planejamento de ações internas futuras.

 Leticia Gabriele

2012 - O ano do PJe-JT no Paraná

O Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) começou a funcionar na Justiça do Trabalho do Paraná há poucos meses – em 19 de outubro, na Vara do Trabalho de Pinhais e no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. Porém, é possível perceber a rápida adaptação dos usuários ao novo sistema, conforme explica a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão. “É um balanço amplamente positivo, superando a mais otimista das expectativas alimentadas no início da transição. Situações pontuais, presentes em circunstâncias que demandam mudanças de cultura, têm sido solucionadas satisfatoriamente”.

Desde seu lançamento, o PJe-JT foi implantado em mais 24 varas, nas cidades de Araucária, Colombo, Irati, Ponta Grossa, Castro, Apucarana, Cornélio Procópio, Cascavel e São José dos Pinhais. Até o final de 2013, será estendido para toda a Justiça do Trabalho do Paraná.

Conforme explica o presidente da Comissão de Informática e membro do Comitê Gestor do PJe-JT, desembargador Ubirajara Carlos Mendes, a implantação do novo processo eletrônico tem sido promissora. Os magistrados mostraram-se receptivos e confiantes e o apoio dos técnicos do Tribunal (da SDSTI e STI) tem sido determinante para o alcance de melhorias. Para o desembargador, um suporte de qualidade aliado à boa vontade dos futuros usuários do sistema tem resultado num cenário extremamente favorável. O magis-

trado, parafraseando o ex-presidente do CNJ, Antônio Cezar Peluso, destaca que o PJe-JT “será um marco na história da Justiça do Trabalho e de todo Poder Judiciário do Brasil”. Para o desembargador Ubirajara Mendes, a experiência do TRT-PR com o processo eletrônico desenvolvido pelo próprio Regional desde 2009 ajudou na rápida adaptação ao processo eletrônico nacional.

O treinamento constante dos magistrados, servidores, advogados e demais operadores do Direito também está sendo essencial para a adaptação. “A Escola Judicial assumiu a responsabilidade pela capacitação de todos, com grande competência e impecável organização. Isso, somado a um suporte de qualidade e à boa vontade dos futuros usuários do sistema tem resultado num cenário extremamente favorável”.

A implantação do PJe-JT no Paraná, ressaltou o desembargador, “é um passo decisivo em direção a um futuro melhor, onde o trabalho de magistrados, servidores e advogados, e em última instância, os direitos do cidadão, serão ainda mais respeitados. O sistema tem um potencial de desenvolvimento enorme, que advém da tecnologia utilizada para seu desenvolvimento, da forma de trabalho cooperativo que vem sendo coordenado pelo CSJT e da efetiva e potencial interconectividade com outros sistemas nunca antes visto. Será um marco na história da Justiça do Trabalho e de todo o Poder Judiciário do Brasil.



Treinamento na OAB de Londrina

Gilberto Bonk



Capacitação de magistrados e servidores

Inara Passos



Curso na OAB, em Curitiba

Inara Passos



Instalação do PJe em Apucarana

Inara Passos

Tribunal do Trabalho do Paraná concilia quase metade dos processos novos

Milhares de acordos marcaram 2012 na Justiça do Trabalho do Paraná. Em todas as Varas do Trabalho, foram 50.380 acordos (dados até outubro), o que representa 46 % em relação ao número de novos processos. Esses acordos resultaram em mais de R\$ 390 milhões.

Somente no Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC), em Curitiba, foram 2.106 audiências realizadas em 2012, as quais resultaram em 996 acordos. As conciliações geraram um valor de R\$ 40 milhões. Como o caso do carpinteiro Sebastião Falkemback, de 52 anos, que no dia 14 de dezembro, último dia das audiências no Juízo de Conciliação, em Curitiba, fechou acordo de R\$ 18 mil no processo que tramitava há 10 anos na Justiça do Trabalho. “A conciliação me poupou tempo em relação à tramitação dos processos. Não me senti prejudicado com o resultado, já que poderia demorar mais tempo”, ressaltou o trabalhador.

Na Vice-Presidência do TRT-PR, que realiza audiências de conciliação em processos que estão na fase de admissibilidade de recurso de revista, foram 2.930 audiências ao longo de 2012, com 1.081 acordos.

Além das tentativas conciliatórias entre patrões e empregados no ano de 2012, a Justiça do Trabalho do Paraná também investiu na formação dos operadores do Direito com vistas ao acordo. O TRT-PR promoveu, em maio, o I Encontro Nacional de Conciliação da Justiça do Trabalho. Durante três dias, magistrados, advogados e interessados no assunto, juntamente com especialistas de todo o país, debateram temas relacionados à intensificação dos acordos. A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, fez a abertura do seminário “Trabalho, Conflito e Conciliação”.

De acordo com a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, “a Justiça do Trabalho,

de forma pioneira e desde a época das antigas juntas de conciliação e julgamento que antecederam as atuais varas do trabalho, sempre primou pela busca do acordo entre as partes. Sempre foi obrigatório para o juiz do trabalho, sob pena de nulidade processual, a tentativa de conciliação. Hoje é consenso que o melhor caminho para a solução dos conflitos é justamente a composição pelas partes e esse encontro nacional se revelou uma grande oportunidade para promover a consolidação da nossa experiência”.

O I Encontro Nacional de Conciliação da Justiça do Trabalho reuniu diversos magistrados e servidores dos Tribunais brasileiros, com o intuito de compartilhar as experiências. O diferencial na forma de implantar a cultura conciliatória na região sul mato-grossense foi a junção à exposição da educação sobre a conciliação. “A política de conciliação nas empresas tem por finalidade visitas de magistrados em organizações, parcerias em locais institucionais e disseminar a cultura da conciliação. Além do programa ‘Educação, Trabalho e Justiça’, levando informações de cidadania e trabalho aos jovens de colégios de primeiro e segundo grau”, relatou o desembargador Francisco das Chagas, do TRT do Mato Grosso do Sul.

A informação e a educação são as ferramentas utilizadas pelo TRT do Distrito Federal e Tocantins na busca por ampliar a aceitação da conciliação na região. A coordenadora do Núcleo Permanente de Incentivo à Conciliação, juíza Flávia Fragale Martins Pepino, contou que “o núcleo está investindo na educação do uso das conciliações como forma de soluções processuais, e através de ações permanentes, como folders, cartazes, cursos, palestras, o grupo busca chamar atenção a essa cultura conciliatória, tanto para o público externo, quanto para o interno”.

 Marcos Dias



 Leticia Gabriele

O trabalhador Sebastião Falkemback (à direita) durante audiência em Curitiba

Justiça do Trabalho do Paraná inova em conciliação por videoconferência

Em 2012, o TRT-PR iniciou um modelo novo de tentativas conciliatórias por meio de videoconferências. As audiências foram realizadas pela Vice-Presidência do TRT-PR em processos que estão na fase de admissibilidade de Recurso de Revista. “A ideia é diminuir os custos de locomoção das partes e de seus procuradores, facilitando o seu comparecimento nas audiências, promovendo, assim, a conciliação”, explicou o vice-presidente, desembargador Altino Pedrozo dos Santos.

As primeiras audiências teletransmitidas ocorreram no dia 17 de setembro com a presença do juiz auxiliar da Vice-Presidência, Eduardo Baracat, que acompanhou as conciliações no Fórum de Maringá, e do desembargador Altino Pedrozo dos Santos, que as mediou na capital. As partes puderam escolher entre comparecer em Maringá ou em Curitiba.

As audiências resultaram em oito acordos (sendo um deles parcial, para a exclusão da responsabilidade subsidiária de uma das reclamadas), com mais de R\$ 243 mil negociados - êxito de 57% em relação ao número de audiências finalizadas.

Esse novo formato de audiências de conciliações, em recursos de revista está previsto no Plano de Gestão 2012-2013, da presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão. “Uma de suas diretrizes é a garantia de duração razoável do processo, sendo prevista ação voltada para a estruturação do Núcleo Permanente de Conciliação, com a função de consolidar a política conciliatória como instrumento efetivo para solucionar os conflitos trabalhistas”, ressaltou a presidente. E completou: “Esse



Videoconferência em Maringá e Curitiba

formato será possível devido ao nosso Tribunal dispor de estrutura tecnológica necessária para a realização de audiências à distância, assim disseminando a cultura conciliatória na sociedade e a interiorização do grupo conciliatório da Vice-Presidência”.

Além das audiências por videoconferência, o desembargador Altino dos Santos e o juiz Eduardo Baracat foram até as cidades de Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu para tentativas conciliatórias. As audiências ocorreram em Londrina nos dias 10 e 11 de maio, quando foram realizados 19 acordos, e no dia 27 de julho, com 13 acordos. O êxito chegou a 40% de acordos sobre o total de audiências realizadas. Em Foz do Iguaçu, as audiências ocorreram em 22 e 23 de agosto, com êxito de 37,5% de acordos, que somaram mais de R\$ 28 mil.

 Marcos Dias



Vice-Presidente Altino dos Santos conduz audiência por videoconferência

Visitações públicas mostram atividades do Judiciário à comunidade

O TRT-PR abriu as portas para a comunidade no ano de 2012. Além de diversas instituições de ensino de Curitiba, do interior do Paraná e até de outros estados, até visitantes estrangeiros conheceram as dependências do Tribunal neste ano.

No fim de novembro, o professor da Universidade de Bolonha, na Itália, Massimo Pavarini, esteve no Brasil a convite da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). O especialista em Direito Penal Penitenciário e Criminologia aproveitou a oportunidade para fazer aproximação com as áreas do trabalho no Brasil ao visitar o TRT-PR.

Durante todos os meses do ano, acadêmicos conheceram o Centro de Memória – onde acontece breve explanação sobre o local – e o plenário do TRT-PR. Os roteiros também incluíram visita à Seção Especializada ou a uma Turma do Tribunal, além de exibição de vídeos sobre o TRT, ao Centro de Memória e a uma vara do trabalho com funcionamento eletrônico.

Visitaram o Tribunal estudantes de universidades da capital paranaense, como a Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR) e a Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná (Facet), assim como de outras cidades do Estado, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e até de Santa Catarina, caso da Universidade do Contestado, de Mafra (SC).

► **EXPOSIÇÕES:** Durante o ano, o Centro de Memória recebeu duas exposições temporárias que relembrou a importância dos trabalhadores ferroviários e da construção civil para o país. Do dia 15 de março até o dia 15 de junho, os visitantes puderam observar processos trabalhistas ajuizados a partir da década de 1940, fotografias, quadros, vestuário, mobiliário e instrumentos de trabalho de valor histórico. O material foi cedido pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Museu Ferroviário de Curitiba.

A partir de 27 de agosto, foi a vez da mostra dos construtores civis. Composta por diversas ferramentas e objetos utilizados pelos trabalhadores, a exposição também contou com fotos da construção do prédio do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da reforma do prédio-sede do TRT-PR e de obras anônimas da cidade de Curitiba e região metropolitana.

O público pôde visualizar documentos importantes que integram o acervo do Tribunal, como autos de processos trabalhistas e convenções coletivas do século passado. Estiveram disponíveis aos visitantes materiais desde antes da Consolidação das Leis do Trabalho (promulgada em 1943) até as décadas de 1950, 60 e 70.

Bruno Calzavara



O professor Massimo Pavarini (de paletó marrom) no TRT-PR



Objetos utilizados em viagens de trens em exposição no TRT



Estudantes de Paranaíba visitaram o TRT-PR em 2012



Turma da Universidade de Contestado-SC

Preocupação ambiental é destaque do ano na Justiça do Trabalho do Paraná

O ano de 2012 foi marcado pela preocupação ambiental do TRT-PR, o que lhe rendeu reconhecimento nacional. Dentre outras ações, destacam-se a criação do Selo Socioambiental e a preocupação com compras sustentáveis, assunto de palestras e encontros no Tribunal durante o ano. Tal cuidado com a questão ambiental foi reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, no prêmio A3P, em novembro.

Com o intuito de incentivar e reconhecer as iniciativas sustentáveis promovidas pelas unidades judiciárias e administrativas, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental propôs a criação do Selo Inteligência Socioambiental. A certificação é composta por três categorias: gestão de resíduos sólidos, uso racional de recursos naturais e inovação em práticas de responsabilidade socioambiental.



Inara Passos
Compras públicas sustentáveis foram tema de discussão no TRT

O selo foi concedido a 66 unidades do TRT-PR no total: 25 em Curitiba e outras 41 entre varas do trabalho, setores e gabinetes do interior do Paraná. A divulgação aconteceu durante a II Semana Institucional, realizada em setembro.

No mês seguinte, foi a vez do TRT-PR dar continuidade a um assunto já posto em pauta em abril: as compras públicas sustentáveis. Os encontros tiveram o intuito de qualificar servidores para incluírem critérios de sustentabilidade nos bens, produtos, serviços e obras a serem contratados.

O tópico faz parte de um projeto maior do Tribunal, que inclui a criação de Ato Normativo da Presidência determinando que as áreas administrativas deverão incluir critérios de sustentabilidade nas contratações, a fim de dar cumprimento aos indicadores e percentuais previstos no planejamento estratégico do TRT.

A preocupação com a sustentabilidade não se restringe ao TRT-PR. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) criou o Guia de Compras Públicas Sustentáveis, já lançado, que deve servir de apoio para os órgãos da Justiça do Trabalho.

Os esforços do TRT-PR em prol do ambiente renderam reconhecimento em prêmio concedido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).



Divulgação
Desembargadora Ana Carolina Zaina e servidora Ana Cristina Gomes recebem menção honrosa do Prêmio A3P

O TRT-PR recebeu menção honrosa com o programa “Pare e Pense” na categoria Uso Sustentável dos Recursos Naturais. A cerimônia do Prêmio Melhores Práticas da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi realizada no fim de novembro. A iniciativa foi criada com o objetivo de dar atendimento à Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê a redução em pelo menos 2% do consumo para cada servidor com energia, telefone, papel, água e combustível.

Outra ação de importância do TRT-PR foi a ampliação da Comissão de Acessibilidade. Presidida pelo desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, a comissão foi criada em 2010 em cumprimento à recomendação 27 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo da comissão, segundo o magistrado, é conhecer os servidores com deficiência do Tribunal e propiciar os meios de trabalho adequado a eles. “Também buscamos facilitar os acessos nos concursos, pois muitos conseguem passar, mas não têm condições ideais de trabalho”, conta. Até o momento, a comissão, que é permanente, já tem atuado na mudança de editais e mapeamento das necessidades de servidores com deficiências.

Bruno Calzavara



Inara Passos
Desembargador Ricardo Tadeu da Fonseca

Magistrados e servidores do TRT-PR doam presentes para crianças

O final de ano foi mais alegre para crianças de centros de educação e filhos de catadores, que receberam presentes de Natal doados por magistrados e servidores do TRT-PR. No total, 624 crianças e adolescentes de Curitiba e Região Metropolitana e de Paranaguá receberam os presentes do Tribunal. A organização ficou a cargo da Responsabilidade Socioambiental, em conjunto com os multiplicadores de diversos setores e demais servidores que se dispuseram a contribuir.

No litoral do Estado, a associação de catadores de Paranaguá recebeu 42 doações vindas do Fórum de Paranaguá. Outras 572 crianças da capital e região receberam os presentes doados.

O primeiro local visitado, no dia 10 de dezembro, foi a Casa do Caminho, creche e contraturno do período escolar, em Almirante Tamandaré, onde 151 crianças de 3 a 12 anos foram presenteadas. Alan, de 11 anos, estudante do 5º ano, disse que estavam todos ansiosos pela chegada dos presentes e que ele se surpreendeu com o grande tamanho dos pacotes.

A diretora da Casa (que é composta pelo Centro de Educação Infantil Joana de Angelis e o Centro de Educação Integrada Epaminondas Xavier de Barros), Meliza Bini, confirmou que a expectativa das crianças antes da chegada dos presentes era muito grande. “Passamos informações de tamanho de roupa e dos calçados de cada um para o Tribunal, mas recebemos também brinquedos e doces. E tudo novo”.

No dia seguinte, foi a vez de 130 crianças do Centro Municipal de Educação Infantil Senador Affonso de Camargo ganharem lembranças de Natal. Os alunos ofereceram cartões de agradecimento produzidos por eles mesmos e uma carta de Feliz Natal a todos que contribuíram.



Servidoras do TRT entregam presentes para as crianças

► **FAMÍLIAS DE CATADORES SÃO PRESENTEADAS:** Desde 2007, cooperativas recebem material reciclável do Tribunal para destinar à reciclagem. Em 2012, a cooperação entre o Tribunal e as associações de catadores de materiais recicláveis de Curitiba e Região Metropolitana deixou mais feliz o Natal de 296 crianças.

A entrega aconteceu no dia 12 de dezembro, na Cooperativa Cata Paraná, em Pinhais. Estiveram reunidos representantes de várias outras associações parceiras do Tribunal.

Para a integrante do Cata Paraná e representante do movimento nacional de catadores, Marilza Lima, os presentes recebidos vão muito além de um gesto simbólico. “Não só as crianças, mas os adultos também ficam muito felizes, pois isso significa que eles não precisarão comprar calçados ou roupas novas para os filhos. Muitas famílias aqui não têm condições de bancar isso”, conta.

Bruno Calzavara

Auto de Natal encerra o ano no TRT-PR

Magistrados e servidores se reuniram no dia 14 de dezembro, na sede do Tribunal, para a apresentação do tradicional Auto de Natal do TRT-PR. A celebração teve início com uma mensagem da presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão. “Estarmos aqui para comemorar, reunidos, tudo o que o Natal simboliza, é algo que comunica muito sobre a nossa instituição. Revela a proximidade e a harmonia que, também internamente, nos define”, declarou a magistrada.

A cerimônia contou com a presença do reverendo Tiago José Albrecht, pastor da Comunidade Evangélica Luterana São Marcos, e da presidente da Comissão de Responsabili-

dade Socioambiental, desembargadora Ana Carolina Zaina, escolhida para fazer a entrega simbólica das cestas natalinas aos funcionários terceirizados do TRT-PR.

O servidor Alexandre de Camargo apresentou, ao piano, a obra “Ave Maria”, de Franz Schubert. O segmento musical se completou com a participação do Grupo Vocal Paraná em Canto. Sob a regência do maestro Anderson do Nascimento e com a participação de Wagner Bennert, no contrabaixo acústico, e de Igor Dallegrave, na percussão, o grupo apresentou as canções “É Natal...”, de Telmo Locatelli e Erika Flesch, “Jungle Bossa Bells”, de J. Pierpont e Erika Flesch e “Noite Feliz”, de Franz Gruber.